

INCLUSÃO EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO INCLUSIVA DOS PROFESSORES

Ana Carolina Gorte¹, Gabriela Chem de Souza do Rosario²

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, Campus Ponta Grossa/PR, Universidade Cesumar, UNICESUMAR. Programa Voluntário de Iniciação Científica (PVIC/UniCesumar). anacarolgorte@gmail.com

² Orientadora, Mestre, Departamento de Pedagogia, Campus Ponta Grossa/PR, Universidade Cesumar, UNICESUMAR. gabriela.rosario@unicesumar.edu.br

RESUMO

A inclusão na educação no cenário nacional, se torna um tema de discussões após influência estrangeira, vindo ocorrer de maneira assídua no final da década de 1950 e início da década de 1960, se tornando um importante tema a ser discutido ainda nos dias de hoje. Levando em conta essa necessidade, o presente estudo visa levantar pontos positivos e algumas lacunas existentes na formação dos professores durante a graduação, visto que a responsabilidade sobre os alunos com deficiência recai sobre eles em sala de aula. O estudo apresentará uma pesquisa realizada com graduandos do curso de Pedagogia, os dados serão coletados por meio de questionário do *Google Forms*, onde serão vistas as concepções dos alunos sobre assuntos referentes à inclusão, como consideram que os conteúdos aprendidos durante a graduação estão auxiliando em sua prática escolar, propondo com base em suas respostas novas discussões a serem abordadas durante a graduação, visando um melhor preparo desses profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Inclusiva; Graduação; Inclusão educacional.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão na educação brasileira é uma discussão recorrente e necessária principalmente entre profissionais da área e acadêmicos em formação. No Brasil, a influência de teorias estrangeiras foi decisiva para o desenvolvimento de estudos nacionais iniciados principalmente em hospitais e manicômios. Segundo Mazzotta a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX (MAZZOTTA, 2011, p. 27).

Em decorrência dessa decisão, na década de 1970, como aponta Jannuzzi, (2004, p. 117) pela primeira vez

cria-se um órgão, o centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), para a definição de metas governamentais específicas para ela, oficializando, parecendo prometer assim em nível governamental uma ação política mais efetiva, que poderia organizar o que se vinha organizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para ensino especializado desse alunado.

A partir disso, a comunidade acadêmica inicia seus estudos, com campos voltados especificamente para área da inclusão educacional. Como cita Jannuzzi (2004, p. 121) “a comunidade acadêmica manifestou interesse pela área sobretudo com a criação, em 1978, do Programa de Mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.”

Em 1988, com a criação da nova Constituição, no Art. 208, O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 123-124); assegurando dessa forma o direito da pessoa com deficiência ao ensino regular, caracterizando a necessidade de um professor qualificado, que possa dar o suporte necessário a esses alunos.

Após esse breve resumo histórico nota-se que com o tempo as necessidades das pessoas com deficiência foram ganhando destaque nas discussões voltadas à educação, e com essas necessidades em foco, tem-se o papel do professor e o papel da universidade na formação desses profissionais.

Atualmente, com base item 25 do programa de ação mundial para as pessoas com deficiência (ONU, 1982, p.10) entende-se inclusão como

O princípio de igualdade de direitos entre pessoas com e sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo são iguais de importância, e que estas necessidades devem constituir a base do planejamento social, e todos os recursos devem ser empregados de forma a garantir uma oportunidade igual de participação a cada indivíduo. Todas as políticas referentes à deficiência devem assegurar o cesso das pessoas deficientes a todos os serviços da comunidade.

Nessa perspectiva no âmbito escolar a educação especial se constitui como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 39) como consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a qual garante ensino de qualidade para todas as pessoas, assegurando o pleno desenvolvimento escolar. Com isso a responsabilidade sob esses alunos recai em todos os professores, e nota-se aqui a importância de uma formação qualificada para esses profissionais.

O que essa formação qualificada deveria oferecer para os alunos, na prática apresenta muitas lacunas que não correspondem com as expectativas. Como citam Cruz e Glat (2014, p. 259-260)

se, por um lado, a precarizada ação docente não pode ser considerada consequência exclusiva da preparação formal oferecida em um curso de graduação, por outro, é de se esperar que essa formação, minimamente, dialogue com as exigências postas no campo de atuação profissional.

Por isso, observa-se a necessidade de rever de que modo os estudos relacionados à inclusão estão se desenvolvendo na graduação desses profissionais. Como apontam Dias e Silva (2020, p. 411)

nessa perspectiva, interessa pensar como as universidades vêm elaborando seus currículos para formar profissionais aptos a atender à demanda do público da educação inclusiva, especialmente se considerarmos que esta formação é baseada em modelos e não em teorias.

A importância da pesquisa ampara-se na necessidade de desenvolver estudos que ressaltam aspectos positivos e também apresentem lacunas, com vistas a contribuir para que o acadêmico de pedagogia conclua uma graduação que contemple discussões em prol da inclusão. É necessário que os educadores encontrem estratégias condizentes com as condições e possibilidades específicas de aprendizagem de cada indivíduo, o que não permite padronizações, sejam elas metodológicas, atitudinais ou temporais (MARTINS; SILVA, 2016, p. 543)

Pesquisar-se-á o que os acadêmicos consideram como positivo e também elementos que consideram ausentes durante a graduação, a partir de questionários para que expressem suas opiniões. Com base nos dados que serão analisados, poderão ser feitas propostas de elementos positivos no desenvolvimento do curso, assim como a indicação de lacunas visando contribuir para que estas sejam supridas em anos futuros.

2 METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa, na qual busca-se considerar o ambiente em que os dados foram coletados, a descrição fiel de tais dados, a preocupação com o processo de coleta e análise não apenas com os resultados finais, a individualidade dos dados e participantes e os significados de cada elemento da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

A partir de tais considerações os dados serão coletados junto aos alunos do curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Ponta Grossa, com vistas à compreensão de suas percepções enquanto graduandos sobre a inclusão e como essa esteve presente ao longo do curso, serão aplicados questionários com questões abertas por meio do *Google Forms*. Os participantes convidados para a pesquisa serão alunos da turma mais recente e alunos da turma mais antiga do curso, estes poderão ou não aceitar participar da pesquisa e terão seus dados preservados em anonimato.

Os formulários além das questões inerentes à inclusão, apresentarão de forma breve a pesquisa e também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a coleta dos dados, considerados a partir das perspectivas contempladas na pesquisa qualitativa, a análise das respostas encontradas será desenvolvida de forma interpretativa e descritiva (TRIVIÑOS, 1987).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram enviados 33 questionários para os alunos matriculados no curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Ponta Grossa, destes 10 são alunos do 4º semestre e 23 alunos do 6º semestre. Após o envio foi estabelecido um prazo de trinta dias para coleta de dados e posteriormente será realizada a análise das respostas. Espera-se a partir dos dados coletados obter elementos para reflexão a partir da percepção dos graduandos sobre a inclusão ao decorrer do curso.

Ressalta-se que as turmas pesquisadas possuem grades curriculares diferentes, que serão consideradas para a identificação das disciplinas que podem ser mencionadas nos dados coletados. As referidas turmas serão chamadas de A e B e a Instituição pesquisada será denominada IES.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho encontra-se em andamento tendo como objetivo ao final da pesquisa compreender as percepções que os alunos tiveram sobre a inclusão ao decorrer do curso de graduação em Pedagogia, localizando possíveis lacunas no processo de aprendizagem em questões voltadas à inclusão e após análise de dados, propor novas discussões a serem abordadas na graduação para promover a melhoria na formação dos acadêmicos no que diz respeito à temática pesquisada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996

CRUZ, G. C.; GLAT, R. **Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura**. Curitiba, PR: Educar em Revista, 2014

DIAS, V. B.; SILVA, L. M. Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, 2020.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

MARTINS, B. A.; SILVA, R. C. Formação docente na perspectiva da educação inclusiva: análise de teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Educação: teoria e prática**, 2016

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011

ONU. **Programa de ação mundial para pessoas com deficiência**. 1982. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>. Acesso em: 01 abr. 2021.